

# A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL - A QUE ESTUDAMOS E A QUE FALAMOS: O PAPEL DO PROFESSOR

## THE PORTUGUESE LANGUAGE OF BRAZIL - WHAT WE STUDY AND WHAT WE SPELL: THE TEACHER'S ROLE

Tauan Ackermann Garcia<sup>1</sup>  
Gesiane Monteiro Branco Folkis<sup>2</sup>

1. Graduado em Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade Anhanguera (2009). Graduado em Letras Português - Inglês, pela Universidade do Sagrado Coração (2016).

2. Graduação em Letras Português, Inglês e Francês pela Universidade do Sagrado Coração (1972), graduação em Pedagogia pela UNIFRAN (1981), Mestrado em Teoria Literária pela Universidade do Sagrado Coração (1975) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2004). Atuou como docente nas disciplinas de Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa, Linguística, Filosofia da Linguagem, Sociolinguística e Análise do Discurso.

Contato:  
Tauan Garcia  
prbass3@gmail.com

Recebido em: 20/10/2016

Aceito em: 15/03/2017

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

### RESUMO

**Introdução:** a língua brasileira sofreu (e ainda sofre) variações. É mutante, adapta-se e transforma-se. As mudanças encontram resistência nos defensores da Língua que ainda se prendem aos valores normativos antigos. Para outros, conhecedores do uso contemporâneo da língua, o Brasil fala português brasileiro e não mais o português da “colônia”. Esta posição encontra respaldo nas ‘novas gramáticas do português brasileiro’. **Objetivo:** discutir o papel de escola no tratamento das diferenças linguísticas apresentadas pelos estudantes que acessam os vários níveis de escolaridade. Apresentam-se, ainda, os resultados de uma pesquisa junto a professores de Língua Portuguesa para verificar seu entendimento a respeito da linguagem utilizada pelo aluno, seus “erros” e como reagem a eles. **Método:** o estudo implicou dois momentos: um de cunho qualitativo que teve como base a análise de bibliografia e de autores que tratam da rela-

ção do ensino da língua e as variantes linguísticas apresentadas pelos alunos. Em um segundo momento, foram feitas entrevistas com professores que atuam nos níveis de ensino fundamental, médio e superior e trabalham com o ensino da língua. Para isto montou-se um pequeno questionário de 03 perguntas. **Resultados:** cremos que, pelo fato de termos nascido em uma cultura onde os “erros de português” são execrados e os alunos massacrados por cometê-los, não é fácil, para o professor, entender este embate de vozes que tentam definir o que, exatamente, são os erros de português. Tratar aquilo que nos ensinaram como “errado” e entender como apenas “diferente” é mudar uma cultura linguística ideológica enraizada em nossa sociedade e no ensino da gramática tradicional. **Conclusão:** considera-se, neste trabalho, uma retomada de reflexão sobre o assunto e principalmente observar, como afirmou um dos entrevistados, de que “o papel da escola frente às diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância e não podemos simplesmente ignorar as peculiaridades linguísticas culturais” daqueles que frequentam o ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Ensino de língua. Norma culta e realidade da língua falada. “Erro” e ensino de língua.

## ABSTRACT

**Introduction:** the Brazilian language has suffered (and still suffers) variations. It is mutant, adapts and transforms. The changes find resistance in the advocates of the language who still cling to the old normative values. For others, knowing the contemporary use of the language, Brazil speaks Brazilian Portuguese and no longer the Portuguese of the “colony”. This position finds support in the ‘new grammars of Brazilian Portuguese’. **Objective:** to discuss the role of school in the treatment of linguistic differences presented by students who access the various levels of schooling. The results of a research with Portuguese language teachers are also presented to verify their understanding of the language used by the student, their “mistakes” and how they react to them. **Method:** the study involved two moments: a qualitative one that was based on the analysis of bibliography and authors dealing with the relationship of language teaching and the language variants presented by the students. In a second moment, interviews were conducted with teachers who work at the elementary, middle and high school levels and work with the

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

teaching of the language. For this we set up a small questionnaire of 03 questions. **Results:** We believe that, because we are born in a culture where “Portuguese errors” are deprecated and students are massacred for committing them, it is not easy for the teacher to understand this clash of voices that try to define what, exactly, are the errors of Portuguese. To treat what we have been taught as “wrong” and to understand how only “different” is to change an ideological linguistic culture rooted in our society and in the teaching of traditional grammar. **Conclusion:** this paper considers a resumption of reflection on the subject and especially, as one of the interviewees stated, that “the role of the school in the face of sociolinguistic differences is of fundamental importance and we can not simply ignore cultural linguistic peculiarities “Of those who attend the school environment.

**Keywords:** Language teaching. Cultured norm and reality of spoken language. “Error” and language teaching.

## INTRODUÇÃO

Quando o educador exala gosto pelo que está partilhando, ele desperta o interesse no outro. Não necessariamente o outro vai apaixonar-se por aquilo, mas aprender o gosto é parte fundamental para passar a gostar. (Cortella, 2014, p. 32).

Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade – é preciso, também, transformá-las. (Bagno, in Bortoni-Ricardo, 2004, p. 10)

O tema deste artigo, “A língua portuguesa do Brasil: a que estudamos e a que falamos - o papel do professor” nas práticas linguísticas escolares, é uma discussão sobre a metodologia tradicional de ensino da norma padrão frente a novas propostas de ensino que oportuniza o conhecimento das regras de nossa língua na sua variante brasileira, mas cujo uso a escola ainda considera “erro”.

Alguns gramáticos da Língua Portuguesa já observam a distância entre as duas variantes linguísticas, a de Portugal e a do Brasil, ou a distância entre o português que se fala e o português que se escreve e propõem um ensino para além dos cânones consagrados pelos autores clássicos, sem abandonar, todavia seus bons exemplos. A língua portuguesa utilizada pelos falantes deve ser valorizada nas suas diversas manifestações, nas conversas, no “bate papo”, litera-

tura, crônicas, tirinhas, publicidade, conversas na rede social, isto é, nas mais variadas formas que mostram, efetivamente, a identidade linguística dos brasileiros.

Assim, este artigo tem como propósito corroborar para a hipótese de que é possível pensar, tal como propõem alguns gramáticos, no ensino de uma nova língua portuguesa: o português brasileiro, falado e escrito por brasileiros.

É possível ensinar aos alunos que existem variantes linguísticas e que a língua padrão (normativa) possui o seu momento de utilização; que é possível usar, sem preconceitos, um português contemporâneo, presente na vida dos brasileiros, ou, como sugere Castilho (2010), um português brasileiro que tem suas peculiaridades.

Cabe ao docente entender os fatos da língua antes de querer corrigir e enquadrar seus falantes em regras normativas muitas vezes ultrapassadas. Ele deve entender que os “problemas/erros” linguísticos de seus alunos nem sempre têm respostas simples e que, principalmente, é possível mudar convicções (abrir mão de preconceitos linguísticos) sem que isto implique o abandono do ensino da norma culta.

## METODOLOGIA

Sob a luz da Sociolinguística pretende-se, neste artigo, apresentar resultados de pesquisa realizada pelos autores e discutir o papel de escola no tratamento das diferenças linguísticas apresentadas pelos estudantes que acessam os vários níveis de escolaridade. Apresentam-se, ainda, os resultados de uma pesquisa junto a professores de Língua Portuguesa para verificar seu entendimento a respeito da linguagem utilizada pelo aluno, seus “erros” e como reagem a eles. Não restam dúvidas de que a grande contribuição da Sociolinguística foi propiciar aos estudos linguísticos “uma nova maneira de ler o mundo”. (BORTONI-RICARDO, 2014, p.11). O tema desperta curiosidade e grandes polêmicas: é possível pensar em uma língua portuguesa brasileira, em um português brasileiro? É possível ultrapassar as fronteiras do preconceito linguístico?

Hoje, a resposta para essas questões encontra apoio e respaldo científico nas novas gramáticas e outras obras que tratam do assunto, com é o caso da *Nova gramática do português brasileiro*, do renomado linguista Ataliba Castilho (2010), *Gramática do português brasileiro*, de Mário Perini (2010), *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marco Bagno (2011), *Pequena Gramática do*

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

*Português Brasileiro* de Ataliba Castilho e Vanda Maria Elias (2012) e *Por que (não) ensinar gramática na escola* de Sírio Possenti (1996) e outros autores que discutem o tema.

Este artigo é resultado do desenvolvimento de um projeto de iniciação científica. O projeto implicou dois momentos: um de cunho qualitativo que teve como base a análise de bibliografia e de autores que tratam da relação do ensino da língua e as variantes linguísticas apresentadas pelos alunos. Essas leituras buscaram verificar a posição dos teóricos que defendem a necessidade de uma nova metodologia de ensino de um português brasileiro. Num segundo momento, de natureza prática, foram feitas entrevistas com professores que atuam nos níveis de ensino fundamental, médio e superior e trabalham com o ensino da língua, com o objetivo de verificar seu entendimento e percepção sobre o ensino da norma culta diante das variedades linguísticas apresentadas pelos estudantes, geralmente consideradas “erros”. Para isto montou-se um pequeno questionário de 03 perguntas que foram respondidas sob a forma escrita pelos entrevistados (Apêndice C)

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Que língua ensinar? A discussão que coloca as diferentes realidades das duas variantes, a língua portuguesa de Portugal e a do Brasil, e as diferenças entre o português falado e sua forma escrita, no Brasil, despertam muitas dúvidas para o professor que ensina a língua. É fato que as tradicionais gramáticas normativas têm como proposta ensinar a língua portuguesa segundo a norma culta, exemplificada com os mestres da literatura.

Castilho (2010) observa, com sutil humor, que não acredita que os escritores da nossa literatura, tão utilizados nos exemplos de ensino de língua, “trabalhem para nos abastecer de regras gramaticais” e que “eles exploram ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio”. Ratifica que o ensino da língua não implica na exclusão das obras literária. O que ocorre uma completa inversão de propósitos ao fundamentarmos-nos nelas apenas para descrever/ensinar a língua. As obras literárias não são pretexto para se ensinar a língua, mas têm valor pelo que apresentam de literalidade.

A língua falada ou escrita, segundo o padrão culto, e boa parte de suas aplicações, não são facilmente absorvidas pelos usuários da

língua. Aprender gramática de português torna-se, de modo geral, um verdadeiro desafio. Sua aplicabilidade é apenas abstrata. Na prática, essa língua é engessada e, normalmente, quem detém seu domínio pode até complicar a relação de comunicação entre emissor e receptor. Como consequência, o desejo por aprender a língua portuguesa torna-se efêmero ou inexistente, pois na prática, o falante não pode fruir o conteúdo normativo com sua realidade de vida.

É fato que há grande discrepância entre o português do Brasil e o de Portugal, entre a língua falada e escrita, ou a linguagem culta e a coloquial. As diferenças entre ensino da gramática e o uso regular da língua, além de estranheza, causam rejeição pelos falantes do idioma, tanto pelos que o aprendem e, principalmente, pelos que o ensinam. Muitos professores (e outros usuários da língua) ainda acreditam que existe apenas “uma forma correta de uso da língua”. Faz-se necessário um acompanhamento/ensino mais próximo à realidade da língua contemporânea, modificando-se a visão tradicional, de forma que se possa pensar na possibilidade de melhorar o ensino de nosso idioma e a vontade de o aluno em aprendê-lo. Aprender a Língua Portuguesa não pode ser um “sacrifício” para os que a estudam.

A língua brasileira sofreu (e ainda sofre) variações. É mutante, adapta-se e transforma-se. Esse processo causa apreensão para uma significativa massa de usuários que se prendem aos valores normativos do século XIX – os que não aceitam modificações na “última flor do Lácio”. Alguns linguistas, esfera composta de conhecedores do uso contemporâneo da língua, creem que o Brasil, hoje, fala português brasileiro e não português da «colônia». A escola deveria ensinar língua falada no Brasil como uma ramificação da língua que herdamos de Portugal, que possui o seu devido lugar e um novo contexto histórico brasileiro. Aos normativos caberia compreender que a concepção de língua que partilham, foi áurea em determinada época. Não se trata de eufonia ou não ou de total concordância sintática e morfológica. Trata-se de compreender que não há mais espaço para advogar que a espinha dorsal de nosso idioma é uma gramática oriunda do século XIX, que não se adapta ao Brasil hodierno. O passado deve ser usado como referência para consulta e não regra para compreensão do contemporâneo.

Se nossas perguntas são sempre sobre o que é *certo ou errado*, e se as nossas respostas são apenas baseadas em dicionários e gramáticas normativas, isso pode revelar uma concepção problemática do que realmente é uma língua, tal como ela existe no mundo real, isto é, na sociedade em que ela é falada. (POSSENTI, 1996, p. 19).

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

Tanto é verdade que até hoje paira a opinião fortemente solidificada de que falamos língua portuguesa. Precisamos entender que nossa fala e escrita estão bem distantes de Portugal e são em muitos aspectos diferentes, não só no sotaque, mas em outras ocorrências. Basta ouvirmos um português falando com um brasileiro que facilmente será identificada a pátria de cada um. Intelectuais, «conhecedores da língua», e até mesmo docentes advogam que nossa língua contemporânea é o português, de um só padrão. Há, sobre isto, um equívoco bastante irreal que pode facilmente ser desmistificado. Possuímos gramática própria, isto é, nosso idioma é suficientemente diferente de Portugal. Na fonética, a diferença entre ambos os idiomas é gritante: menino (português brasileiro), m>nino, pedaço, p>daço. O português brasileiro <desenha> vagarosamente as vogais tônicas e as átonas na fala cotidiana. Já o português de Portugal subtrai as vogais átonas e pronuncia em bom tom as tônicas. Outra diferença pode ser observada nas colocações pronominais. ‘Me dá aquela camisa’ (português brasileiro) e ‘Dá-me aquela camisa’ (português de Portugal). Não é necessário um estudo aprofundado, de ambos os idiomas, para compreender que são línguas divergentes, embora carreguem o mesmo nome: Português.

No âmbito escolar, o conceito de língua contemporânea é ainda confuso. Os alunos se deparam com uma realidade idiomática muito distante daquela que o seu cotidiano apresenta e eles são obrigados a utilizar um modelo linguístico bastante arcaico, ultrapassado: a gramática normativa, tal como lhe é ensinada. É fácil perceber que muitas construções gramaticais não são aplicadas à realidade brasileira. Isto pode ser verificado por meio de alguns exemplos. Segundo Bagno (1999, p. 24), os pronomes *o/a*, de construções como “eu o vi” e “eu a conheço”, estão praticamente extintos no português falado no Brasil, ao passo que, em Portugal, continuam sendo utilizados. Esses pronomes quase nunca aparecem na fala das crianças ou brasileiros não-alfabetizados e têm, ainda, pouca ocorrência na fala dos indivíduos cultos, o que demonstra que são exclusivos da língua ensinada na escola, sobretudo da língua escrita, não fazendo parte, portanto, do repertório da língua materna dos brasileiros. Nossos alunos usam sem problema *me e te*—“Ela me bateu”, “Eu vou te pegar”, (mas dizem “Me conta”, “Me fala”, no início das frases), mas os pronomes *o/a* são substituídos por *ele/ela*: “Eu vou pegar ele”, “Eu vi ela”. As formas *lo e la* de *pegá-lo, vê-la*, então, não são usadas. Quando são, corre-se o risco de não sermos entendidos. Um professor de português ao usar a forma “correta” com a filha, solicitando que ela fosse

buscar o chinelinho para por nos pés, passou pela seguinte situação. Pediu que a filha colocasse o chinelinho. Diante da não reação da criança, reforçou - “Vá colocá-lo!”, tendo como resposta o seguinte questionamento pela criança - “Que lo?”

É necessária uma retomada no ensino de língua portuguesa no Brasil. O alicerce idiomático foi solidificado em uma ramificação da língua, a Normativa, que está muito distante do cotidiano brasileiro. É raro notar construções verbais com pronomes oblíquos átonos como exemplificado acima. Tais construções, quando aplicadas, servem unicamente para demonstrar ao receptor que o emissor tem conhecimento de gramática normativa. A aplicação da normativa não gera eficiência e melhor compreensão ao ouvinte. Pelo contrário, ela gera dúvidas, dependendo do nível de escolarização do receptor. O uso da normativa no cotidiano é como trajar uma roupa que foi moda há anos e, com ela, desejamos frequentar ambientes atuais.

É possível ainda constatar o preconceito em nossa pátria, pela disputa de quem fala o melhor “português”. Por conta dele, surgem estereótipos de que os habitantes de determinadas regiões do nosso país são mais *incultos, xucros ou atrasados*. Uma afirmação dessas demonstra o pouco conhecimento que os falantes têm da diversidade linguística. Como já dito, a língua é mutante. Cada região brasileira possui suas necessidades e diferentes culturas. O mesmo acontece no meio social em que vivemos. Inexoravelmente teremos pessoas diferentes, sotaques e usos linguísticos diferentes. Qual o estudo científico que pode afirmar, com total propriedade, qual o melhor sotaque e o melhor uso? Não há uma forma melhor que a outra, mas formas diferentes. Se existe esse desejo para encontrá-la, é para enaltecer alguém, ou algum sotaque. Esse «fundamentalismo linguístico» segrega e menospreza os falantes que não estão inclusos no paraíso linguístico. Os usuários da língua perdem sua identidade por não se projetarem em uma forma fundamentalista, normativa e linguística. Assim, essa língua torna-se intangível em determinadas regiões e classes sociais. A língua nativa começa a tomar forma de idioma estrangeiro e pegamos carona nesse ciclo sem fim, sendo que determinados indivíduos «cultos» são os beneficiados por uma norma culta arcaica.

É preciso saber que a gramática normativa possui seu momento de atuação e, por ser uma ramificação da língua, esse conceito (‘normativo’) deveria ser compreendido de forma plena. Mas acaba ocorrendo que, em nossa vida social, a língua é, geralmente, ‘policiada’ por esse conceito sem o mínimo de fundamento. Tem-se a crença de que o domínio de norma culta é sinônimo de compreen-

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.



GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

são. Esta ideia se compara a crença de que gatos pretos atraem azar: norma culta e compreensão não caminham lado a lado – ela pode até dificultar a compreensão.

## A ESCOLA DIANTE DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO ALUNO.

Bortoni-Ricardo (2004) observa que as variedades linguísticas são estigmatizadas socialmente e, neste contexto, a escola que tem como tradição reiterada o ensino da norma culta, fica num empasse. Que fazer com os alunos que dizem “*pranta*” e não *planta*, dizem “*craro*” e não *claro*, ou então dizem “pexe”, “quejo”, “bejo”. Os teóricos da Sociolinguística têm destacado que essas formas não são “erradas”, mas esta observação, de alguma maneira, causa perplexidade aos professores ou àqueles que conhecem e se utilizam da forma culta da língua. Ao abordar a questão da variação linguística em sala de aula a autora reconhece que:

“Até hoje, os professores não sabem muito bem como agir diante dos chamados “erros de português”. Estamos colocando a expressão “erros de português” entre aspas porque a consideramos inadequada e preconceituosa. Erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas de afeto e informalidade, como vimos, e culturas de letramento, coo a que é cultivada na escola” (p.37).

Creemos que, pelo fato de termos nascido em uma cultura onde os “erros de português” são execrados e os alunos massacrados por cometê-los, não é fácil, para o professor, entender este embate de vozes que tentam definir o que, exatamente, são os erros de português. Tratar aquilo que nos ensinaram como “errado” e entender como apenas “diferente” é mudar uma cultura linguística ideológica enraizada em nossa sociedade e no ensino da gramática tradicional.

Nesse contexto de crítica ao preconceito linguístico e a necessidade de a escola ter como papel o ensino da norma culta, Bortoni-Ricardo (2004) pergunta: como proceder nos momentos em que o aluno usa uma regra não padrão? Observa que:

“Nas últimas décadas, os educadores brasileiros, com destaque especial para os linguistas – seguindo uma corrente que nasceu da polêmica entre a postura que considera o “erro” uma deficiência do aluno que vê os

chamados “erros” como uma simples diferença entre as duas variedades-, têm feito um trabalho importante, mostrando que é pedagogicamente incorreto usa a incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo”. (p.38).

A autora observa que uma “pedagogia culturalmente sensível” aos saberes dos educandos estará atenta às diferenças entre as culturas que eles representam e a forma linguística utilizada pela escola e pelo professor em sala de aula. Mas que significa essa “pedagogia culturalmente sensível” que consegue mostrar ao professor “formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças”? O fato, é que:

*“Na prática, contudo, esse comportamento é ainda problemático para os professores, que ficam inseguros, sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo, se podem falar errado”.* (p.38).

## A ENTREVISTA – SEGUNDO MOMENTO DA PESQUISA

O segundo momento da pesquisa constituiu-se em entrevistas feitas com professores de letras e pedagogos que atuam no ensino, particularmente o de língua. Quatro deles têm formação em Letras (S1, S2, S3, S4) e dois em Pedagogia (S5, S6), sendo que S1 tem, ainda, formação em Pedagogia e S6 em Biologia. Um tem experiência em magistério de no mínimo 08 anos, dois com 18 anos de experiência e três acima de 32 anos de experiência no ensino. Todos já atuaram na educação fundamental e atuam no ensino superior. Dois têm formação em pós-graduação, especialização, três são mestres e um é doutor.

A entrevista constitui-se de três questões, apresentadas sob a forma escrita e respondidas da mesma maneira (apêndice A), conforme segue: 1. Quando o aluno comete um “erro” em língua portuguesa? 2. Como trabalhar as diferenças linguísticas que os alunos apresentam em sala de aula? 3. A escola tem conseguido resolver totalmente as questões das diferenças linguísticas? As questões foram, também, respondidas sob a forma escrita e seus resultados estão apresentados no apêndice C.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

## RESULTADO DAS ENTREVISTAS

Na primeira questão (Quando o aluno comete um “erro” em língua portuguesa?) o termo “erro” foi apresentado entre aspas para chamar a atenção dos entrevistados. Na entrevista pode-se verificar que o termo “erro”, de modo geral, se presta a uma série de entendimentos: confusão que o aluno faz entre letras e sons; desconhecimento das normas gramaticais; reprodução, na escrita, da linguagem oral; despreocupação de concordância entre gênero e número; falta de coesão e coerência; desvio da ortografia oficial. Dois dos entrevistados, porém, utilizaram o termo “erro” como uma variante linguística. S2 diz - *“não gosto da expressão ‘erro’*. *Prefiro dizer que o aluno não utilizou de modo adequado uma variante”*. Para S3, *“o aluno comete um ‘erro’ quando utiliza uma variedade linguística que está em desacordo com a situação discursiva na qual faz parte”*.

Para S6, há o reconhecimento da existência de diferentes realidades linguísticas e sociais onde os alunos se inserem e que, por isso, *“depende do contexto em que o erro (ocorre) se encontra “no processo de aprendizagem da língua portuguesa, o professor deve dar atenção ao educando e as suas necessidades através do conhecimento da realidade linguística e social do aluno e suas limitações”*. Todavia, S6 retoma a questão considerando que *“o erro de português é na verdade um desvio da ortografia oficial, já que a língua é natural e a ortografia é artificial”*. Neste trecho de sua fala o ‘erro’ torna-se uma questão de desvio da ortografia oficial.

A segunda questão (Como trabalhar as diferenças linguísticas que os alunos apresentam em sala de aula?) busca encontrar o entendimento dos entrevistados sobre as diferenças linguísticas que os alunos apresentam em sala de aula e como os professores trabalham com elas. De maneira geral, os professores entrevistados têm a percepção de que as diferenças linguísticas não podem se consideradas ‘erros’, embora atentem para a necessidade de *“adequação da língua de acordo com a situação comunicativa”* (S1). S2 observa que nesse trabalho são importantes elementos tais como *respeito, trabalho com as diferenças (via diálogo), pesquisa e observação de que muitos são os falares e que de acordo com a situação, o grupo, eles mudam*.

S3 faz uma análise bastante criteriosa sobre o assunto, destacando que a língua é um organismo vivo, utilizada em diversas situações e por isso variável, mas que cabe ao professor a priorização da norma culta, já que funciona como instrumento de ascensão social.

É necessário, durante a atuação docente, desde as séries iniciais, mostrar aos alunos que a Língua Portuguesa é um organismo vivo. Assim, ela atua como tal em diversas situações (contextos) de comunicação. Desse modo, o aluno precisa compreender que há diversas variedades linguísticas. Para isso, o professor deve valorizar o dialeto (ou idioleto) do aluno como um fenômeno linguístico, mostrando-lhe que se trata de outro modo de falar. Sobretudo, o docente deve priorizar a norma culta, pois essa é instrumento de ascensão social (S3).

Também S6 observa a necessidade de se “*considerar as experiências linguísticas dos alunos para que não ocorram distrações e dificuldades ao entender e interpretar as linguagens apresentadas pelos professores. Geralmente os professores se deparam com dificuldades em ensinar os alunos e lidar com as diferenças linguísticas por não considerarem o contexto sócio cultural do aluno*”. Ele tem a percepção de que as diferenças linguísticas entre professores e alunos podem dificultar o processo de aprendizagem.

Por outro lado, alguns dos entrevistados reagem ao conceito de erro de uma forma mais tradicional (S4 e S5): que o *desvio da norma culta deve ser ‘severamente’ condenado*. Neste caso o tratamento do ‘erro’ aproxima-se das formas tradicionais de sua abordagem, inclusive tomando como modelo a forma de expressão de autores da literatura tradicional:

Peço que reescrevam onde cometeram o erro e pesquisem caso não soubesse, sobre o mesmo. Uso textos e frases de diversos autores: do romantismo ao modernismo. ((S4).

S6 cita os “erros grotescos”, formas de expressão comuns para grande parte de falantes da língua portuguesa, observando que ‘não’ caracterizam falas de determinadas regiões ou culturas. Observa que e “*erros grotescos como “mim” “ponhá” e “drento” são corrigidos porque não caracterizam falas de determinada região ou cultura. No meu ponto de vista elas caracterizam erros e devem ser corrigidas*”. Essas formas são, todavia, expressões bastante comuns para certos falantes da língua. Continuando sua análise o entrevistado cria um paradoxo ao observar que a “*cultura deve ser preservada e tratada com naturalidade pela escola e pelo professor, de modo a preservar a diversidade cultural e linguística de cada região ou estado brasileiro*”. Este conflito reflete, ainda, as incertezas da escola diante dos “erros” dos alunos.

Na análise da terceira questão (A escola tem conseguido resolver totalmente as questões das diferenças linguísticas?) três sujeitos são categóricos ao afirmar que ‘não’. Dos seis entrevistados, um res-

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

ponde afirmativamente e dois deles, que ela tem conseguido resolver ‘parcialmente’ ou ‘nem sempre’.

Para S1, o único que acha que a escola tem conseguido resolver as questões das diferenças linguísticas, isto é feito através da reflexão, com os alunos, sobre essas diferenças: como está falando; onde está falando. S2, responde que “nem sempre” e não faz nenhuma consideração. Para S4, que responde que a escola tem conseguido resolver “parcialmente” as questões. Acredita que com “o uso da tecnologia houve um agravante em relação às abreviações”, não acrescentando, também, maiores considerações.

Para S3, S5 e S6 a resposta é negativa, embora com algumas diferenças. S5 acredita que “*não há uma preocupação da escola nesse sentido*”, e não acrescenta mais nenhuma observação.

Para S3 e S6 a principal deficiência está nos professores. S3 diz que os professores conhecem “*as regras da gramática normativa, mas que são ineficientes em tratar de fenômenos linguísticos que dizem respeito à língua falada*”. Para ele, embora muitos professores vistam “*o ethos de detentores do conhecimento, sendo este limitado em distinguir o certo do errado, mas que são incapazes em ensinar um aluno de Ensino Médio a produzir um texto eficiente, isto é, com coesão, coerência (progressão textual) ou até mesmo com concordância verbal, concordância nominal, ou seja, questões da gramática normativa*”. A questão permanece, então, não a do tratamento das diferenças, mas a do domínio da gramática normativa.

Para S6 há, na resposta, uma compreensão sobre as diferenças do contexto social onde as pessoas/alunos se inserem, mas que professores e gestores não conseguem entender. Reconhece que “o papel da escola frente às diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância, não podemos simplesmente ignorar as peculiaridades linguísticas culturais”.

## CONCLUSÕES

As pesquisas na área da Sociolinguística trouxeram grande avanço no conhecimento das diversidades linguísticas, suas causas e consequências, embora exista um extenso caminho a ser percorrido, para que se possa entendê-las e, mais ainda, como trabalhar com elas na escola. Bortoni-Ricardo (2004) observa que “até hoje, os professores não sabem muito bem como agir diante dos chamados erros de português”. Passados treze anos, essa afirmativa ainda é válida.

Diante de um ensino de língua que considera qualquer desvio da norma padrão como um “erro” alguns professores têm dificuldade para entender que os “erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua”.

Na escola, ainda predomina o ensino que separa “o certo e o errado”. Se formado nessa cultura, há de se reconhecer que fica difícil para o professor entender a questão das diversidades linguísticas de seus alunos ou, o que é mais difícil, o que ele pode/deve fazer para ensiná-los.

Podem ser percebidas, nas respostas de alguns entrevistados, essas dificuldades:

a) O próprio conceito de “erro” se presta a uma série de entendimentos (erros de ortografia, concordância etc.), embora dois dos entrevistados tenham a percepção de que ele pode ser uma variante, usada por indivíduos que dominam outra norma, que não a culta.

b) O “erro” pode acontecer quando se usa uma variedade linguística que está em desacordo com a situação discursiva, o contexto em que o discurso se insere.

c) Alguns professores observam, ao serem questionados ‘como trabalhar as diferenças linguísticas’, sobre a necessidade de “respeitar, trabalhar com as diferenças (via diálogo), pesquisar e observar que muitos são os falares e que de acordo com a situação, o grupo, eles mudam”.

d) Há, entre os professores, o sentimento de que a norma culta deve ser priorizada, pois que ela é um instrumento de ascensão social, embora deva ser valorizado o dialeto (ou idioleto) do aluno como um fenômeno linguístico natural.

e) Há o reconhecimento que os professores se deparam com dificuldades para ensinar os alunos e lidar com as diferenças linguísticas por não considerarem o contexto sócio cultural do aluno, o que pode dificultar a interação professor-aluno.

f) O conceito de “erro” em seu sentido mais tradicional é, ainda, visto como um desvio da norma culta que deve ser ‘severamente’ condenado e o ensino deve ter como exemplo autores da literatura clássica. Formas populares de expressão são chamadas de “erros grotescos” que devem ser corrigidos. Há inúmeros bons autores da literatura mais recente.

g) Para alguns, as diferenças que devem ser preservadas são, apenas, aquelas traduzidas pelas culturas regionais: devem ser “tratada com naturalidade pela escola e pelo professor, de modo a preservar a diversidade cultural e linguística de cada região ou estado brasileiro”.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.

h) Os professores, em sua maioria, reconhecem que a escola não tem conseguido resolver as questões das diferenças linguísticas de seus alunos.

Não se pretendeu, na pesquisa, esgotar as possibilidades do tema. Ele é extenso e tem merecido inúmeros estudos dos pesquisadores da área. Considera-se, neste trabalho, uma retomada de reflexão sobre o assunto e principalmente observar, como afirmou um dos entrevistados, de que “o papel da escola frente às diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância e não podemos simplesmente ignorar as peculiaridades linguísticas culturais” daqueles que frequentam o ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 (Linguagem; 4)

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO A. T. e ELIAS, V. M. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo Contexto, 2012.

CORTELLA, M. S. **Pensatas pedagógicas: nós e a escola: agonias e alegrias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ILARI, R. e BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009.

PERINI, M. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

GARCIA, Tauan Ackermann; FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. *A língua portuguesa do Brasil - a que estudamos e a que falamos: o papel do professor*. Mimesis, Bauru, v. 38, n. 1, p. 53-68, 2017.